

■ A expansão da oferta integrada da Educação Profissional: princípios e estratégias

 Márcia Castilho de Sales*

Resumo: Cada estado tem em sua estrutura um órgão gestor da Educação Profissional, constituído por uma equipe de trabalho que define uma política local objetivando a implantação, desenvolvimento e consolidação de ações para a formação do cidadão e sua inter-relação com o mundo do trabalho. O texto apresenta o relato adotado pela equipe que trabalhou com a Educação Profissional na Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEEDF), no período de 2013-2014, no sentido de expandir essa oferta integrada com o Ensino Médio e a Educação de Jovens e Adultos nas unidades escolares que oferecem condições de implantação na rede de ensino. Descrevemos o processo a partir das seguintes etapas: definição de diretrizes e princípios de organização coletiva pela instituição escolar através de documento normatizador para criação do curso técnico integrado; eventos e reuniões intersetoriais destinadas ao compartilhamento de experiências de implantação da oferta integrada de Educação Profissional; assessoramento pedagógico para as instituições optantes do procedimento de criação e implantação dos cursos técnicos integrados. Como resultado desse processo, apresentamos a experiência de três unidades escolares que optaram pela criação dos cursos técnicos: dois cursos integrados com a Educação de Jovens e Adultos e um curso integrado com o Ensino Médio.

Palavras-chave: Educação Profissional. Educação de Jovens e Adultos. Currículo Integrado.

* Márcia Castilho de Sales é doutoranda em Educação pela Universidade de Brasília, Faculdade de Educação (2015), mestre em Engenharia de Mídias para a Educação pela Universidade de Poitiers (2007), especialista em Formação de Professores pela Universidade de Brasília (2002), em Tecnologia Educativa (2006) pela Universidade Técnica de Lisboa e graduada em Pedagogia pela Universidade Católica de Brasília (1985). Professora aposentada da SEEDF, e atualmente é formadora do Instituto Federal de Brasília.

Introdução

Com o advento do Decreto nº 5.154/2004, fruto de um embate teórico e político e gestado por forças sociais, a oferta da Educação Profissional integrada à Educação Básica procura expressar uma formação para o mundo do trabalho sob uma base unitária de educação geral, centrada no trabalho, na ciência e na cultura, e de caráter politécnico.

Nessa perspectiva, a criação e expansão da oferta da Educação Profissional (EP) na Rede Pública de Ensino do DF eram precárias, mesmo após nove anos de vigência dessa oferta. Em 2013, existiam apenas duas escolas que ofereciam a forma articulada e integrada da Educação Profissional: o Centro de Educação Profissional de Ceilândia (na modalidade a distância - PROEJA) e o Centro de Ensino Médio Integrado do Gama (Ensino Médio integrado em tempo integral).

Conforme dados oficiais do Censo Escolar da SEEDF de 2015 (SEEDF, 2015), só existiam 460 matrículas no Ensino Médio integrado a EP e na EJA integrada, 608 matrículas. A partir dessa oferta inexpressiva, a equipe gestora da EP na SEEDF, entre os anos 2013 e 2014, passou a priorizar a expansão da oferta integrada, tendo como base o Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005, de 2014) e suas metas específicas para atender a demanda da EJA e do EM (metas 3, 8, 9 e 10), com a perspectiva de sua regularização no Plano Distrital de Educação, promulgado em 2015.

Apresenta-se, neste texto, o relato adotado por essa equipe no sentido de expandir a oferta da EP integrada com o EM e a EJA entre as instituições que oferecem a Educação Básica na rede de ensino. Descrevemos o processo a partir das seguintes etapas: definição de diretrizes e princípios de organização coletiva pela unidade escolar por meio de documento normatizador para criação do curso técnico integrado; eventos e reuniões intersetoriais destinadas ao compartilhamento de experiências de implantação da oferta integrada de Educação Profissional; assessoramento pedagógico para as instituições optantes do procedimento de criação e implantação dos cursos técnicos integrados; formação inicial para os participantes. Todo o processo desenvolvido foi no sentido de oportunizar à comunidade escolar o protagonismo, a autoria, o espaço da fala e da construção coletiva.

Como resultado desse processo, apresentamos a experiência das três unidades escolares que optaram pela criação dos cursos técnicos: dois cursos integrados com a Educação de Jovens e Adultos e um curso integrado com o Ensino Médio.

Contextualizando a oferta integrada da Educação Profissional

Surge nos anos 80, com a redemocratização do país, uma mobilização social em prol da defesa do sistema público e gratuito de educação, a favor de uma nova constituinte e da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação. O Decreto nº 5.154/2004, que regulamenta a oferta da EP com o EM e a EJA, expressa a batalha dos setores progressistas envolvidos, apesar de suas contradições e da complexa disputa de forças. Esse documento deve ser interpretado como um ganho político e como a sinalização de mudanças que se precisa implementar. O Decreto nº

5.840/2006 estabeleceu, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica, na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA e situa, nesse mesmo decreto, as suas diretrizes.

O surgimento do PROEJA vem possibilitar um projeto de sociedade e de educação alternativa para a classe trabalhadora, permitindo a integração da Educação Básica com a Educação Profissional. Um novo perfil de estudante oriundo da escola pública – com diversos níveis de conhecimentos, expectativas de vida e diferentes faixas etárias – vislumbra uma política de educação perene, que se faça ao longo da vida e que auxilie a emancipação e humanização, valorizando seus saberes por meio do currículo integrado.

A concepção de formação integral do educando é de tal forma que deve:

[...] proporcionar a formação de cidadãos-profissionais capazes de compreender a realidade social, econômica, política, cultural e do mundo do trabalho, para nela inserir-se e atuar de forma ética e competente, técnica e politicamente, visando à transformação da sociedade em função dos interesses sociais e coletivos especialmente os da classe trabalhadora (BRASIL, 2007, p.35).

A Resolução CNE/CEB 02/2012, no art. 4º, considera como uma das finalidades do Ensino Médio “a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores”. No Ensino Médio, a profissionalização pode ser articulada com a Educação Básica para atender a um público específico que deseja uma profissão, seja para seu exercício, seja para vinculação vertical em estudos posteriores de nível superior. O Ensino Médio Integrado (EMI) tem compromisso com os jovens trabalhadores que precisam obter em nível médio uma prática laboral qualificada.

As Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio de 2012 apontam que a mediação do conhecimento no currículo do Ensino Médio deve implicar as dimensões de trabalho, ciência, tecnologia e cultura, e considerar que a continuidade de estudos e a preparação para a vida, o exercício da cidadania e o trabalho são demandas dos jovens e finalidade do Ensino Médio.

Segundo dados do IBGE (2010), 34,8% dos jovens entre 18 a 29 anos não concluíram a educação básica e outros 40,7% com idade entre 25 e 29 anos estão nas mesmas condições. Apesar desse elevado número de sujeitos fora do sistema educativo, o número de matrículas vem decrescendo a cada ano, caracterizando que os que têm maior idade não continuam sua formação, aumentando os índices de quem não conclui a formação. Constata-se então que, à medida que avança a idade, há menos matrículas. Não basta a informação da oferta de vagas, é preciso que os sujeitos sejam convencidos que “é possível retornar à escola, serem aceitos, terem professores que os acolham e que saibam trabalhar com essa faixa etária - o que demanda do profissional entre outros aspectos, o compromisso ético-político, sensibilidade estética, competência técnico-pedagógica”. (MACHADO; RODRIGUES, 2014).

Vários fatores podem ser destacados na análise desse processo de precarização da EJA. Um deles é não levar em conta

para implantação de propostas da EJA os aspectos históricos da instituição, uma adequação da metodologia, uma proposta curricular compatível, os espaços e materiais utilizados de forma adequada e uma formação inicial e continuada aos professores. O reconhecimento das especificidades da EJA na constituição e organização de cursos e propostas necessita ser pensada dentro de um modelo próprio, a fim de atender e satisfazer as necessidades de aprendizagens desses sujeitos. Soares (2014) evidencia as seguintes especificidades: legado da educação popular, diversidade dos sujeitos, recursos didáticos, proposta curricular, formação de professores e políticas públicas. Para ele, o atendimento dessas especificidades nos projetos de implantação da EJA, inibem os fatores de abandono, reprovação e desinteresse dos sujeitos da EJA, permitindo processos de melhoria da autoestima, do sucesso escolar, da permanência e do aprendizado.

O Plano Nacional de Educação (PNE) determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional dos próximos dez anos. As metas 03 e 10¹ do PNE apresentam uma série de estratégias para expandir a oferta da EP integrada à EJA e ao EM. Para a EJA, apesar de avanços e esforços no sentido de ampliar esse atendimento, torna-se necessário superar a visão de suplência e de práticas aligeiradas na modalidade, avançando na concretização do currículo integrado. Para o EM essa expansão ainda é tímida e marcada pelo viés “economicista, fragmentário e tecnicista” (FRIGOTTO, CIAVATA e RAMOS, 2004, p. 27).

Em artigos publicados sobre a implantação de Cursos Técnicos Integrados² no Brasil, observamos que alguns fatores comuns às instituições podem surgir como empecilhos no processo de implantação:

- Falta de compreensão do conceito de Currículo Integrado, provocando distorções e incompreensões por parte de todos (gestores, alunos, coordenadores e docentes) na organização pedagógica do curso;
- Falta da participação dos professores na construção do plano de curso e da sua organização pedagógica, provocando uma implantação na lógica tradicional;
- Desconhecimento pelos professores, gestores e coordenadores dos princípios fundantes da organização do currículo integrado;
- Ausência de uma formação continuada específica aos docentes para desenvolver um curso integrado;
- Falta de conhecimento sobre o perfil e especificidades dos sujeitos da EJA e dos Jovens no contexto atual de sociedade;
- Incompatibilidade da prática avaliativa numa proposta de formação humana integral;
- Ausência de um tempo/espço de coordenação pedagógica para discussão e construção coletiva do conhecimento para o desenvolvimento integrado do curso, prevalecendo o desenvolvimento individualizado da docência.

Portanto, para avançarmos na materialização do currículo integrado precisamos adequar o sistema público de educação, garantir condições de infraestrutura e constituir profissionais para atuarem na formação integrada. Além disso, o trabalho

coletivo da escola precisa ser potencializado com estudos e planejamento de estratégias para promover a integração por meio de vários mecanismos.

Moura (2009) acrescenta mais alguns aspectos que debilitam a organização do curso integrado, como a falta de processos sistemáticos de formação continuada, ausência de discussões qualificadas no interior da instituição, a forma impositiva como o curso é implantado, e uma visão elitista do professorado com relação ao público da EJA. Esses aspectos influenciam no desenvolvimento do currículo integrado, pois na perspectiva integrada à gestão pedagógica é primordial para cumprir determinados objetivos e atividades. Quando não há discussão das dimensões epistemológicas dos métodos didáticos no currículo integrado, sua ausência é evidenciada no “acriticismo do discurso dominante”, reduzindo o trabalho ao desenvolvimento de disciplinas de forma fragmentada.

Um dos fundamentos políticos-pedagógicos que norteiam a organização curricular para a concretização desse currículo para os sujeitos da EJA é uma “integração curricular visando à qualificação social e profissional articulada à elevação da escolaridade, construída a partir de um processo democrático e participativo de discussão coletiva” (BRASIL, 2007, p. 41). O que se pretende é “uma integração epistemológica, de conteúdos, de metodologias e de práticas educativas” (BRASIL, 2007, p. 47).

No contexto atual, o papel do educador no desenvolvimento curricular é fundamental. Moreira e Candau (2007) afirma que o professor

[...] é um dos grandes artífices, queira ou não, da construção dos currículos que se materializam nas escolas e nas salas de aula. Daí a necessidade de constantes discussões e reflexões, na escola, sobre o currículo, tanto o currículo formalmente planejado e desenvolvido quanto o currículo oculto. Daí nossa obrigação, como profissionais da educação, de participar crítica e criativamente na elaboração de currículos mais atraentes, mais democráticos, mais fecundos (MOREIRA; CANDAU, 2007, p. 20).

Pensar o currículo integrado é trazer para o diálogo as questões que tencionam o campo curricular, considerando as relações de poder que atravessam as práticas nos seus diferentes “contextos e dinâmicas sociais, políticas e culturais, intelectuais e pedagógicas” (MOREIRA; CANDAU, 2007, p. 9).

Na constituição do currículo integrado as escolas precisam ser capazes de criar o projeto político pedagógico, reafirmando a sua identidade e o conhecimento da sua própria história, desenvolvendo o movimento de construção coletiva. A organização pedagógica da escola é uma das questões cruciais do currículo, que é o da relação entre educação e poder, ou seja, o papel da educação e do currículo. Para Corrêa (2004, apud FRIGOTTO; CIAVATA; RAMOS, 2004), a perspectiva da formação humana e social encara a concepção de educação como uma prática social. Nessa perspectiva, a escola é concebida como uma totalidade e o espaço de relações que participam da produção de existências humanas e sociais. Ela possui o poder de participar de mudanças no atual estado sociedade, de vivências capazes da construção de práticas alternativas mais solidárias e responsáveis, imprimindo um sentido filosófico numa direção política nesse processo educativo, dependendo da sua

contribuição da compreensão mais ampla da prática educativa escolar (CORRÊA, 2004, apud FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2004, p. 133).

Por essa ótica, a escola não pode ter uma visão reducionista de transmissão de conhecimentos, mas o reconhecimento de que para a formação do trabalhador para as relações sociais de produção a escola deve priorizar a sua constituição como seres humanos e sociais, englobando maneiras de viver sentir e pensar.

Princípios e estratégias adotados nessa expansão

As equipes da Educação Profissional, do Ensino Médio e da Educação de Jovens e Adultos da SEEDF iniciaram o processo de expansão da oferta de EP integrada à EJA no final de 2013, tanto para o EM regular, quanto para o 3º Segmento da EJA, definindo princípios e estratégias.

Para a promoção da expansão dessa oferta integrada, após a constatação que não existia normatização para implantação e adoção de procedimentos, definimos que iríamos desenvolver quatro ações:

- Definição de diretrizes e princípios de organização coletiva pela instituição escolar através de documento normatizador para criação do curso técnico integrado;
- Realização de eventos e reuniões intersetoriais destinadas ao compartilhamento de experiências de implantação da oferta integrada de Educação Profissional;
- Assessoramento pedagógico para as instituições optantes do procedimento de criação e implantação dos cursos técnicos integrados;
- Formação inicial para os participantes.

A história do Distrito Federal (DF) se pauta com reformas curriculares, – a exemplo dos anos 2000, 2002, 2008 e 2010 – desenvolvidas no sentido de aprimorar algumas especificidades, apresentando variações conceituais, de conteúdos, procedimentos, e tempos e espaços pedagógicos. A SEEDF iniciou, em 2011, um movimento coletivo que envolveu professores(as), estudantes, coordenadores(as) pedagógicos(as), gestores(as) dos níveis local, intermediário e central no sentido de discutir o Currículo da Educação Básica, para que ele fosse de fato um “documento de identidade” (SILVA, 2000) que oriente as escolas públicas do DF. Assim, no conjunto dessas tarefas, surge a necessidade também de criar o Currículo de Educação Profissional e uma Orientação Pedagógica para a integração da Educação Profissional com o Ensino Médio e a Educação de Jovens e Adultos (OP) (SEEDF, 2014a). Esses documentos marcam a ruptura da política de migração de experiências e a ausência de diretrizes norteadoras para a Educação Profissional.

O Currículo de Educação Profissional do DF nasce dessa necessidade supracitada, a partir da coletânea de contribuições das instituições vinculadas e do diagnóstico realizado de mapeamento de demandas no setor. Ele propõe uma Educação Profissional

“[...] que atue como uma comunidade de aprendizagem, em que os jovens desenvolvam uma cultura para o trabalho e demais práticas sociais

por meio do protagonismo em atividades transformadoras. Ao realizar essas atividades, poderão explorar interesses vocacionais, além de perspectivas pessoais e de organização social. Ao mesmo tempo, estarão construindo sua autonomia, ao formular e ensaiar a concretização de projetos de vida e de sociedade” (SEEDF, 2014, p. 14b).

Após a constituição do Currículo de Educação Profissional, partimos para a elaboração da Orientação Pedagógica para a integração da EP com as equipes do EM e da EJA. O documento foi criado a partir da apreciação do cenário nacional dessas modalidades, da análise dos dados locais de matrículas e abandono, do estudo de documentos e bibliografia que tratam da oferta integrada da Educação Profissional.

Observamos a necessidade de apresentar no documento, de forma clara, todos os princípios e etapas para implantação dessa oferta, possibilitando prevenir problemas redundantes e comuns que foram evidenciados nas leituras da bibliografia estudada sobre as experiências de implantação em outros estados da federação.

Foram adotadas quatro condições preliminares pelas equipes pedagógicas que balizavam a definição das unidades escolares que poderiam implantar a oferta integrada:

- A decisão dessa implantação na escola seria feita pelo coletivo da escola, envolvendo o Conselho Escolar, órgão máximo deliberativo, em ata formalizada;
- Após a unidade escolar sinalizar a vontade de implantar o curso, seriam avaliadas pelas equipes pedagógicas e pela Coordenação Regional de Ensino, na qual ela está vinculada, as condições primordiais para se garantir essa oferta com qualidade;
- Todo o processo de discussão da implantação dessa oferta seria realizado na unidade escolar e com a comunidade escolar, culminando com a formalização do Plano de Curso, que seria enviado para o Conselho de Educação do DF, pois é o responsável pela sua aprovação e autorização. As equipes pedagógicas centrais e intermediárias estariam presentes nos encontros e assessorando todo o processo de construção do itinerário formativo e do desenho curricular;
- Esse processo seria caracterizado como formativo, prevendo uma sequência didática com frequência, culminando com a certificação de um curso de formação inicial para a oferta integrada de EP.

Concomitante à construção do documento, as equipes decidiram que seria interessante iniciar o processo de expansão proposto no documento, com uma experiência numa escola que reunisse todas as condições para essa implantação. Na época, uma escola se encaixava nessas condições e já tinha demonstrado interesse para experimentação dessa possibilidade, mesmo antes de elaborarmos o documento orientador. Assim, após os pareceres técnicos e pedagógicos propícios, o Centro de Educacional Irmã Maria Regina Vilanes Regis (CED Irmã Maria) foi definido para a implantação do primeiro curso técnico presencial integrado com a EJA do DF. Iniciou-se, então, no dia 08 de abril de 2014 o processo de discussão e construção coletiva do plano de curso nessa instituição, envolvendo a comunidade escolar e culminando com o encaminhamento do

Plano de Curso Técnico de Controle Ambiental integrado à EJA ao Conselho de Educação do DF, em setembro de 2014.

Nesse processo de discussão, o currículo foi sendo concretizado, a partir da definição de itens específicos que constam no documento norteador e que são princípios estruturantes para o desenho curricular oferta integrada:

Eixos estruturantes e integradores como alternativa para a concretização de um currículo reflexivo: devem ser atendidos no desenvolvimento do trabalho pedagógico, perpassando pelas diversas disciplinas e sendo contemplados nos objetivos expressos das atividades integradoras, como feiras culturais, circuitos, exposições, projetos, construção de produtos, entre outros.

Trabalho interdisciplinar: A interligação e superação da fragmentação do conhecimento das disciplinas no desenho curricular proposto, pode se concretizar por meio de um planejamento de execução curricular integrado, no qual são observadas as afinidades de contato entre os componentes curriculares, e tais contatos são concretizados em eventos integradores como realizações de estudos e pesquisas compartilhadas, entrevistas, exposições, feiras, seminários e/ou projetos integradores.

Trabalho em rede: A gestão cooperativa na escola busca desenvolver as ações pedagógicas em parcerias, construindo grupos de trabalho que se desdobram em ações permanentes e temporárias, conforme cronograma construído por todos. Assim, todos são responsáveis pela condução das estratégias construídas pelo grupo da escola, promovendo avaliação permanente no sentido de resignificar práticas e qualificar diretrizes.

Conhecimento trabalhado de forma integral: A habilidade de integrar, diz respeito a um conjunto de ações e não a uma disciplina única e nem um conteúdo determinado. Por isso é fundamental que selecionemos conteúdos que viabilizem o conhecimento da realidade vivida e das experiências dos sujeitos, reafirmando suas histórias como protagonistas da cultura.

Criação de projetos integrados para intervenção: O Projeto Integrador se origina dos eixos integradores do curso e obedece a uma sequência ou etapas definidas pelo corpo docente. O Projeto Integrador parte de uma situação potencialmente factível de ser vivenciada de forma contextualizada para a simulação/resignificação e construção nos ambientes da instituição e, sempre que possível articulada ao mundo do trabalho. As etapas básicas para o desenvolvimento do Projeto são: planejamento, execução e avaliação.

A pesquisa como promotora de conhecimento: Um processo de aprendizagem pautado na consolidação do conhecimento por meio de produções científicas, no qual o estudante é desafiado a apresentar e elaborar produtos (equipamentos, rotinas tecnológicas, aplicativos, entre outros) para desenvolver ações de base proativa atendendo a função social da escola. Deve-se procurar articular a teoria e prática, vinculando o trabalho intelectual com atividades práticas experimentais.

Trabalho como princípio educativo: atuar como uma comunidade de aprendizagem, em que os jovens desenvolvam uma cultura para o trabalho e demais práticas sociais por meio do protagonismo em atividades transformadoras. Ao realizar essas atividades, eles poderão explorar interesses vocacionais, além de perspectivas pessoais e de organização social. Ao mesmo tempo, estarão construindo sua autonomia, ao formular e ensaiar a concretização de projetos de vida e de sociedade (SEEDF, 2014a, p. 42-46).

Paralelo a esse processo, precisávamos divulgar a compreensão da oferta integrada para as demais unidades escolares da rede

pública que ofereciam o EM e a EJA, no sentido de atrair a atenção deles para essa opção.

Com o propósito de superar os obstáculos evidenciados nessas escolas que implantaram essa oferta estudada em bibliografia específica, definimos uma abordagem com as instituições escolares que fosse mais participativa e bem-sucedida, evitando problemas e obstáculos evidenciados em outras experiências. Para isso, foram desenvolvidas as seguintes estratégias no ano de 2014:

- Informações aos gestores regionais sobre as ações que seriam desencadeadas para expansão da oferta integrada da Educação Profissional;
- Reuniões com os Coordenadores Regionais (intermediários) da EP, da EJA e do EM para esclarecimentos sobre o processo de adesão de escolas e explicação do documento norteador;
- Reunião com todos os gestores de escolas da EP, EM e EJA que reuniam as condições básicas para implantar o Curso Técnico Integrado com o objetivo de explicar o processo de construção coletiva;
- Execução do Seminário de Integração que tinha como propósito esclarecer a oferta através de palestra de especialista, relatos de experiências e explicações sobre as etapas do processo para a comunidade escolar.

Ao iniciarmos esse processo, muitas unidades escolares se interessaram em participar, mas alguns entraves surgiram nesse momento de sedução:

- A escola não comportava uma infraestrutura mínima para o desenvolvimento do curso;
- Os gestores se interessavam pela implantação, mas os professores rejeitavam;
- Algumas escolas não se sentiram seguras em iniciar o processo porque o Governo Distrital estava em processo de final de mandato e sem uma perspectiva de continuidade do governo;
- Os professores rejeitaram a proposta pelo fato de não concordarem com a reorganização do seu tempo na lógica da nova organização curricular integrada. Apesar de definirmos como prioridade e procurarmos esgotar todas as estratégias de explicações e convencimentos, apenas mais duas escolas iniciaram e terminaram de construir de forma coletiva o plano de curso, e outras três pararam na etapa inicial.

As escolas da EJA – CED Irmã Maria em Brazlândia e CED 02 no Cruzeiro – fizeram opção de implantar esses cursos, o que nos possibilitou enquanto equipe gestora da EP da SEEDF iniciarmos com essas unidades escolares os procedimentos definidos nas Orientações Pedagógicas da Integração.

Nessa fase de implantação, alguns questionamentos surgiram, tais como: de que maneira desenvolver uma proposta de criação de planos de curso integrados reconhecendo os sujeitos sociais e oportunizando seu protagonismo? Como possibilitar ao docente a possibilidade de construir um percurso de aprendizagem que proporcione uma formação integral? Optamos, assim, por valorizar aspectos importantes nessa produção/construção do currículo integrado:

- O trabalho de construção coletiva envolvendo todos os atores no processo – estudantes, professores, gestores e comunidade;
- Um currículo que parte do real/concreto/vivido no desenvolvimento do itinerário formativo no curso;
- O movimento prático como um pilar sustentador no processo de ensino/aprendizagem.
- A seguir, apresentamos a experiência de expansão da oferta da EP integrada ao EM e a EJA no DF nessa modalidade, oferecendo cursos técnicos a partir do currículo integrado.

A experiência de expansão da oferta integrada da Educação Profissional

Assumindo o princípio educativo na perspectiva do trabalhador, o desenho curricular proposto na forma integrada da Educação Profissional contribui para consolidar a formação do trabalho na perspectiva humanista, por meio do qual o ser humano transforma a natureza e se relaciona com os outros seres humanos para a produção de sua própria existência. Assumir o trabalho como princípio educativo na perspectiva do trabalhador, como diz Frigotto (1989),

“[...] implica superar a visão utilitarista, reducionista de trabalho. Implica inverter a relação, situando o homem e todos os homens como sujeitos do seu dever. Esse é um processo coletivo, organizado, de busca prática de transformação das relações sociais desumanizadoras e, portanto, deseducativas. A consciência crítica é o primeiro elemento deste processo que permite perceber que é dentro destas velhas e adversas relações sociais que podemos construir outras relações, nas quais o trabalho se torne manifestação de vida e, portanto, educativo” (FRIGOTTO, 1989, p.8).

Dessa forma, o desafio estava nas mãos do coletivo da escola. Cabia um assessoramento pedagógico no sentido de

orientar que a construção do desenho curricular do curso deveria atender aos princípios estruturantes e que criassem os mecanismos de integração da forma inter/transdisciplinar, sempre se voltando para o atendimento das especificidades da instituição e da comunidade escolar atendida. O assessoramento ao coletivo era realizado pelas respectivas coordenações pedagógicas da SEEDF pela CRE e pelos documentos normativos.

Seguindo as OP da integração, os itens indicados na tabela 1 foram construídos nas instituições, conforme o perfil profissional definido.

Conforme citado anteriormente, o CED Irmã Maria foi a primeira unidade escolar que concluiu o processo de construção do Plano de Curso. Após seis encontros na escola com o grupo de professores, alunos e gestores, todas as definições sobre os princípios estruturantes do curso foram definidas. Como a escola fica situada numa região de produção de hortifrutigranjeiros e produção de morangos, com uma quantidade grande de alunos que trabalham nesse setor, o profissional de Controle Ambiental seria o mais adequado para promover nessa localidade o gerenciamento das questões ambientais, bem como fomentar o uso de novas tecnologias, novas formas de organização e preservação do meio ambiente. O tema “*Sustentabilidade: terra, trabalho e transformação social*” foi definido como eixo transversal do curso, observando o agrupamento das dimensões formativas. Os eixos integradores do curso e as saídas com certificação foram definidos como no quadro 1 abaixo:

Quadro 1 - Discriminação dos eixos e qualificações do curso técnico.

Eixos transversais dos Cursos Técnicos Integrados			
NOME	PERFIL	EIXO	PERÍODO
CED 01 CRUZEIRO	TÉCNICO EM INFORMÁTICA PARA INTERNET INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO	Diversidade e Multilinguagens	Agosto a outubro 2014
CED 02 CRUZEIRO	TÉCNICO EM SERVIÇOS PÚBLICOS INTEGRADO À EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	Ética, trabalho, responsabilidade social e ambiental	Agosto a novembro 2014

Fonte: Própria autora.

Em seguida, passamos a discutir o Projeto Integrador, que tem o propósito de preparar o aluno para o exercício profissional de acordo com o módulo/semestre vigente. O Projeto Integrador nasce dos eixos integradores do curso e obedece a uma sequência, ou etapas, definida pelo corpo docente. Ele parte de uma situação potencialmente factível de ser vivenciada no ambiente de trabalho para a simulação/ressignificação e construção nos ambientes da instituição, e, sempre que possível, é articulada como o mundo do trabalho. A partir de uma situação-problema que será elaborada pela equipe docente, os alunos irão elaborar e desenvolver tarefas que possibilitarão desenvolver sua qualificação profissional. A disciplina se apresenta a cada módulo/semestre e todas as demais disciplinas do módulo se convergem na sua solução final e apresentação, sob o ângulo das várias ciências. Nessa perspectiva, as atividades que seriam realizadas nessa disciplina é o resultado da construção coletiva de uma situação de aprendizagem de um tema ou uma prática que possibilita estudar o conhecimento sobre vários ângulos e/ou situações, e contextualizar o ambiente real de trabalho forma integral.

Como a maioria dos alunos já atuam no setor, a proposta tradicional do estágio supervisionado não se encaixava, por

Tabela 1 - Itens do desenho curricular do curso integrado para serem construídos pelo grupo

PERFIL PROFISSIONAL
OBJETIVO GERAL DO CURSO: deve-se contemplar a formação humana politécnica numa perspectiva emancipatória.
EIXO ESTRUTURANTE OU TRANSVERSAL DO CURSO: relaciona o objetivo geral com o propósito da formação.
EIXO INTEGRADOR: na proposição de saberes, que sejam organizados por temáticas, eixos conceituais, e/ou situações-problemas-desafios, os quais viabilizem a integração horizontal.
PROJETO INTEGRADOR: pode ser constituído como um espaço de articulação para o desenvolvimento, acompanhamento das atividades/pesquisas que serão realizadas com vistas a solucionar a situação-problema-desafio escolhida pelo coletivo de alunos. Ele visa problematizar temas de fundamental importância na área do curso, como forma de contextualizar o ambiente real de trabalho, articulando a interdisciplinaridade rumo à transdisciplinaridade. Ele deve ser construído pelos discentes, privilegiando as etapas de diagnóstico, planejamento, desenvolvimento e avaliação, sendo acompanhado e avaliado durante todo o período escolar.
ATIVIDADES INTERDISCIPLINARES: podem ser desenvolvidas para promover de forma pontual o estudo e pesquisa direcionados a alguns saberes que se relacionam com o projeto integrador ou dimensões articuladoras (Ciência, tecnologia, cultura).
EVENTOS INTEGRADORES: são eventos que objetivam proporcionar a culminância da pesquisa e produtos do período letivo. Exemplos: feiras, circuitos, semana de integração etc.
PERFIL PROFISSIONAL
OBJETIVO GERAL DO CURSO: deve-se contemplar a formação humana politécnica numa perspectiva emancipatória.
EIXO ESTRUTURANTE OU TRANSVERSAL DO CURSO: relaciona o objetivo geral com o propósito da formação.
EIXO INTEGRADOR: na proposição de saberes, que sejam organizados por temáticas, eixos conceituais, e/ou situações-problemas-desafios, os quais viabilizem a integração horizontal.
PROJETO INTEGRADOR: pode ser constituído como um espaço de articulação para o desenvolvimento, acompanhamento das atividades/pesquisas que serão realizadas com vistas a solucionar a situação-problema-desafio escolhida pelo coletivo de alunos. Ele visa problematizar temas de fundamental importância na área do curso, como forma de contextualizar o ambiente real de trabalho, articulando a interdisciplinaridade rumo à transdisciplinaridade. Ele deve ser construído pelos discentes, privilegiando as etapas de diagnóstico, planejamento, desenvolvimento e avaliação, sendo acompanhado e avaliado durante todo o período escolar.
ATIVIDADES INTERDISCIPLINARES: podem ser desenvolvidas para promover de forma pontual o estudo e pesquisa direcionados a alguns saberes que se relacionam com o projeto integrador ou dimensões articuladoras (Ciência, tecnologia, cultura).
EVENTOS INTEGRADORES: são eventos que objetivam proporcionar a culminância da pesquisa e produtos do período letivo. Exemplos: feiras, circuitos, semana de integração etc.

Fonte: SEEDF, 2014a.

isso foram definidas práticas supervisionadas, que são momentos de problematização da rotina e de criação de outras possibilidades práticas fundamentadas nos conhecimentos da base comum e específicas do curso e das necessidades educacionais da escola, intrínsecas ao currículo, desenvolvidas nos ambientes de aprendizagem. As práticas pedagógicas supervisionadas corroboram para o desenvolvimento do Projeto Integrador, constituindo-se como ações e eventos que capacitam os alunos para as saídas intermediárias, bem como para sua certificação como um Técnico Integrado em Controle Ambiental. Partes dessas práticas são realizadas a distância, conforme carga-horária.

Tecendo a rede das dimensões curriculares, podemos observar que vários são os mecanismos pedagógicos constituídos pelo coletivo da escola que promovem e possibilitam a integração entre o núcleo comum e a parte específica.

As escolas estaduais receberam especialistas que explicaram o itinerário formativo do técnico escolhido, deixando claro para todo o grupo, os saberes necessários para uma formação profissional. Questões como: *qual o papel da docência e a função social da escola? Que concepções de sociedade, de escola, de educação, de conhecimento, de cultura e de currículo orientarão a escolha das práticas educativas para os sujeitos da EJA? E para o EM integrado?* Isso foi desencadeador de várias situações problemas e que o grupo ia encontrando as respostas no diálogo, estudo e pesquisa. As formas de acesso, permanência e avaliação foram aprofundadas e definidas pelo grupo, constando na sistematização do Plano de Curso Técnico Integrado. Essas discussões promovem a formação de educadores que discutem soluções para problemas crônicos na educação e passam a dar ênfase para definição de estratégias coletivas para sua superação.

Dessa forma, supera-se no diálogo formativo a lógica cartesiana de currículo, flexibilizando tempos, espaços, planejamento e avaliação para atender o sujeito da EJA e o jovem do EM integrado.

A compreensão que a integração não é a justaposição de disciplinas se consolida na construção dos eixos e projetos integradores, que objetivam desenvolver de forma integral os conhecimentos das disciplinas.

Na etapa final, os professores de posse de todas essas definições, foram convidados a elaborar as ementas de suas disciplinas, buscando responder as seguintes questões: *Que conteúdos da minha disciplina são relevantes e dialogam com o eixo transversal e os eixos integradores do curso técnico? Que atividades podem ser definidas que dialoguem com os eixos e proporcione uma formação integral do educando?* Finalizando o processo de construção coletiva do plano de curso, encaminhamos ao Conselho de Educação do DF para apreciar e aprovar o mesmo, em setembro de 2014.

Todo esse processo de construção coletiva vivenciada se constituiu como a formação inicial aos professores para a atuação no curso técnico, recebendo uma certificação de 40h.

O Curso Técnico em Controle Ambiental integrado a Educação de Jovens e Adultos foi aprovado pelo Conselho de Educação do DF em 1º/4/2015, e publicado no Diário Oficial do DF de 2/4/2015, nº 65, p. 13. A primeira turma iniciou seus estudos no dia 08 de agosto de 2015.

Realizamos o mesmo processo de construção do plano de

Quadro 2 - Discriminação das características gerais dos cursos técnicos.

Eixos transversais dos Cursos Técnicos integrados			
NOME	PERFIL	EIXO	PERÍODO
CED 01 CRUZEIRO	TÉCNICO EM INFORMÁTICA PARA INTERNET INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO	Diversidade e Multilinguagens	Agosto a outubro 2014
CED 02 CRUZEIRO	TÉCNICO EM SERVIÇOS PÚBLICOS INTEGRADO À EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	Ética, trabalho, responsabilidade social e ambiental	Agosto a novembro 2014

Fonte: Própria autora.

curso juntos as escolas que optaram por essa oferta, a partir da experiência vivida no CED Irmã Maria. No quadro 2, acima, apresentamos as características definidas pelo coletivo de cada escola.

Essas unidades escolares estão localizadas na região central do Plano Piloto e atendem a um público bem diversificado. O CED 01 recebe alunos de uma região mais distante que se desloca em ônibus escolares. Esses alunos são oriundos de famílias de situação socioeconômica diferenciada. A decisão por esse perfil profissional – informática para internet – ocorreu após análise dos resultados do diagnóstico realizado para verificar o interesse do corpo docente e discente, das condições estruturais da unidade de ensino e das possibilidades de inserção do formando no mundo de trabalho. Esse curso foi aprovado em 16/11/2015, pelo Parecer nº 174/2015-CEDF, e iniciou sua oferta integrada no 1º semestre de 2016.

Para o Curso Técnico em Serviços Públicos, considerando a demanda dessa natureza de atividade, característica do Distrito Federal, por ser a sede dos poderes da República Federativa do Brasil, concomitante com as instituições do poder público local, é a melhor opção para a inserção e permanência do aluno na escola, no sentido de possibilitar a continuidade dos estudos e prepará-lo para uma atividade profissional que carece de melhor qualificação, a partir de uma formação crítica e transformadora da realidade. Esse curso foi aprovado em 22/03/2016, pelo Parecer nº 50/2016-CEDF.

Conclusões

A escola é o espaço que media a construção dos saberes da sociedade, sendo imprescindível que o processo educativo permita uma educação integral dos trabalhadores integrando objetivos e métodos da formação geral e da formação específica em um projeto unitário.

Ao final desse processo de construção coletiva, observa-se que o diálogo proposto entre os eixos do curso, os projetos integradores, as práticas supervisionadas e a realidade concreta de intervenção, não só prepara os educandos para uma atuação profissional crítica alterando essa realidade pela práxis, como permite que essa formação trabalhada nas suas múltiplas dimensões, desenvolva um crescente processo de autonomia e emancipação nos estudantes.

É de suma importância que o plano não se constitua em letra morta. Toda a construção do desenho curricular precisa ser revisitada continuamente nos processos de formação e planejamento. A tarefa da gestão pedagógica da unidade escolar não é pequena. Cabe a ela a permanente articulação entre os dois núcleos de formação – geral e específico – no sentido de planejar o projeto integrador, acompanhar e avaliar todo o percurso, bem como os demais mecanismos de integração.

Isso exige uma sensibilidade e engajamento na oferta, impedindo assim a fragmentação e isolamento de disciplinas/saberes. O curso se desenvolve como um processo formativo coletivo. Não cabe iniciativas isoladas de integração. Ou o curso é integrado, envolvendo todos os atores sociais numa formação integral construída, ou sob a prática recorrente de currículos disciplinares, fracassamos e nos rendemos a uma “ordem estática, rígida a ser seguida, respeitada como uma fidelidade sagrada, ritualizada” (ARROYO, 2011, p. 45).

Os inúmeros artigos nesse tema têm destacado a importância de uma liderança articuladora, de uma gestão participativa e de mecanismos de conexão mais específicos e efetivos, para garantir que a proposta inicial não fique travada. A formação de professores e a continuidade do processo de construção coletiva são fundamentais para que a concepção geral do curso e os seus mecanismos de integração se constituam de forma intensa e dinâmica. Com as atividades integradoras em curso - projetos, somados às atividades de investigação, de intervenção ou de aprendizagem – tendo como referência o real-vivido-concreto e inserindo os sujeitos coletivos no desenho curricular, foram definidas estratégias metodológicas fundamentais na preparação para a atuação no

mundo do trabalho e para a prática social.

Como resultado dessa formação, a matriz conceitual do educando se pautará pelo desenvolvimento do pensamento crítico, que problematize a realidade e a comunidade, como sujeito histórico, capaz de atuar no meio e transformar a sua realidade. Desfrutar da cidadania plena é o exercitar de forma integral os direitos inerentes à sua condição. Para isso, uma permanente mobilização dos sujeitos sociais pela cidadania plena passa a ser um ponto de referência.

As situações de aprendizagem relacionadas a outras práticas sociais serão atendidas a partir de problemáticas que articulem: a convivência familiar responsável; a participação política; as ações de desenvolvimento cultural, social e econômico da comunidade; a proteção e a recuperação ambientais; a realização de eventos esportivos; a preservação do patrimônio cultural e artístico; a montagem de eventos esportivos e de produções artísticas. Ao mesmo tempo, a perspectiva de formação dos alunos aponta para a autogestão, a emancipação, a integração com o trabalho comunitário, a solidariedade, a preocupação com o bem-estar de seus trabalhadores e com a sustentabilidade.

Notas

¹ Meta 3: Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência deste Plano, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 100%, assegurando o acesso, a permanência e a aprendizagem. Meta 10: Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

² O estado da arte dos cursos desenvolvidos na modalidade PROEJA através da EaD na Rede e-Tec Brasil. PROEJA : dimensões curriculares na Rede e-Tec Brasil / Márcia Castilho Sales, Jandira Pereira Souza, Maria Hermínia Lage Fernandes Laffin. Florianópolis : NUP/UFSC, 2014

Referências bibliográficas

ARROYO, Miguel G. Currículo, território em disputa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos – PROEJA: documento base. Brasília: MEC, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja_medio.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2010.

CORRÊA, Vera. As relações sociais na escola e a produção da existência do professor. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. Ensino médio integrado: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2004.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. Coordenação de Educação Profissional. Orientações pedagógicas da integração da educação profissional com o ensino médio e a educação de jovens e adultos. Brasília: SEEDF, 2014a.

_____. Secretaria de Estado de Educação. Coordenação de Educação Profissional. Currículo da educação profissional e da Educação a distância. Brasília: SEEDF, 2014b.

_____. Secretaria de Estado de Educação. Censo Escolar 2015: Matrículas da Ed. Profissional no 1º semestre de 2015, por tipo de oferta, segundo Coordenação Regional de Ensino. Brasília: SEEDF, 2015. Disponível em: <http://www.se.df.gov.br/servicos/censo-escolar/469-censo-escolar-2015.html>. Acesso em: 05 de julho de 2016.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade da escola improdutiva. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1989.

_____, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. Ensino médio integrado: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo populacional 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

MACHADO, Maria M. e RODRIGUES, Maria E. de Castro. A EJA na próxima década e a prática pedagógica do docente. In: Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 8, n. 15, p. 383-395, jul/dez, 2014.

MOREIRA, A. Flávio; CANDAU, Vera. Currículo, conhecimento e cultura. In: Presidência da República, Ministério da Educação, Departamento de Ensino Fundamental – Indagações sobre o currículo. Secretaria de Educação Básica, 2007.

MOURA, D. e PINHEIRO, R. Currículo e formação humana no ensino médio técnico integrado de jovens e adultos. Aberto, Brasília, v. 22, n. 82, p.91-108, nov. 2009.

SILVA, Tomaz Tadeu. Documentos de Identidade: uma introdução as teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SOARES, L. J. G. e SOARES, R. C. O reconhecimento das especificidades da Educação de Jovens e Adultos: constituição e organização de propostas de EJA. 2014. Arquivos Analíticos de Políticas Educativas, 22(66). Disponível: <http://epaa.asu.edu/ojs/article/view/1331/1309>. Acesso em 27/06/2015.